

XVIII

CIC

XI ENPOS
I MOSTRA CIENTÍFICA



Evoluir sem extinguir:
por uma ciência do devir



AS INFLUÊNCIAS MERCANTILISTAS E SOCIAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: OS CASOS DA PRAÇA TIRADENTES EM OURO PRETO/MG E DA PRAÇA DA LIBERDADE EM BELO HORIZONTE/MG

SILVA, Vanessa Regina Freitas da¹

VIEIRA, Sidney Gonçalves²

¹ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel (bolsista CAPES).
vanessareginafreitas@gmail.com

² Orientador, Professor Adjunto de Departamento de Geografia, ICH – UFPel
sid_geo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os objetos de estudo da dissertação em desenvolvimento no mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas/UFPel.

A institucionalização da preservação do patrimônio edificado iniciou-se oficialmente em outubro de 1931 com a reunião da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. As conclusões das discussões foram publicadas na Carta de Atenas e, a partir dessa, outras cartas, normas e recomendações foram elaboradas sempre através de reuniões técnicas ao redor do mundo, as quais se intensificaram a partir da década de 1970.

Os anos 70 marcaram a temática preservacionista ao vincular desenvolvimento e crescimento das cidades à proteção das edificações históricas. O valor comercial aliou-se ao cultural quando se observou que o patrimônio preservado poderia gerar recursos econômicos. Constatações registradas nos documentos patrimoniais gerados pelos encontros. Deu-se, portanto, um enfoque mercantilista, quando construções antigas passaram a ser valorizadas como mercadorias para consumo, incentivadas pela vocação turística que apresentam, desde que preservadas e adequadas aos anseios dos visitantes.

Incentivos do poder público unem-se às atividades promovidas pelo turismo, delineando um novo motivo para preservar o patrimônio edificado, além do até então considerado valor cultural e histórico. O valor comercial interfere nas justificativas da proteção; e ainda sobre como realizar intervenções nas edificações para mantê-las atraentes.

Vigora paralelamente uma visão social do valor do patrimônio que o relaciona às memórias do lugar; às referências históricas que guardam modos de viver no

espaço urbano ao longo do tempo. São aspectos culturais locais vivenciados pelos moradores que refletem gerações e uma memória coletiva.

O trabalho, portanto, aborda de que maneira poderes mercantilistas e públicos agem na preservação do patrimônio edificado de maneira efetiva (positiva ou negativamente) e como favorecem a transformação e (re) construção sistemática do patrimônio edificado nas cidades. Por outro lado, como se posicionam os valores sociais relacionados aos aspectos históricos, identitários e simbólicos do lugar e o que representam para as pessoas que se apropriam do patrimônio no cotidiano, os moradores.

Sendo assim, pretende-se avaliar como as visões mercantilista e social influenciam nas tomadas de decisão das instituições de proteção do patrimônio que definem as políticas de identificação e preservação. Ou ainda, de que maneira interferem na preservação do patrimônio edificado no Brasil.

2. METODOLOGIA

Foram definidos dois estudos de caso que encerram em si as questões levantadas. O primeiro é a reconstrução da edificação (destruída por um incêndio) que abrigava o antigo Hotel Pilão na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais; o bem atualmente pertence à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais/FIEMG e no local foi implantado o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG. O segundo estudo de caso apresenta a implantação em andamento do Circuito Cultural da Praça da Liberdade em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a retirada dos usos do poder público do estado para implantar centros culturais e museus nos prédios históricos.

Para compreendê-los foi realizada pesquisa documental sobre os debates que levaram às definições das intervenções tais como foram projetadas (executadas ou em execução); entrevistas com os agentes relacionados, bem como a leitura das atas, deliberações e pareceres das instituições de patrimônio como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/IEPHA-MG e de conselhos de patrimônio estadual e municipais.

Para a realização da pesquisa até o momento foram fundamentais as produções bibliográficas relacionadas às vertentes mercantilista e social indicadas para desenvolver as análises. Para tanto, as temáticas e autores explorados discutem basicamente globalização, capital, consumo, mercadoria, poder, memória e lugar. Contribuem igualmente as leituras que discutem o patrimônio edificado e as intervenções em centros e conjuntos tombados bem como recomendações institucionais como cartas, normas e legislações nacionais e internacionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apresentada está em andamento. Os dados levantados permitem uma prévia da discussão que se delineia.

O primeiro estudo de caso, a reconstrução de uma edificação em Ouro Preto, aponta para um dos dilemas da preservação atual: como intervir em um centro urbano tombado sem que agrida a unidade arquitetônica do conjunto na paisagem. Juntou-se a isso o fato de ser na Praça Tiradentes – local central e movimentado da

cidade – e em um espaço urbano de uma cidade reconhecida internacionalmente como Patrimônio da Humanidade e, por esse motivo, com forte vocação turística.

O prédio existente, inaugurado em 2006, faz uma releitura da volumetria e dos elementos compositivos das fachadas, todos similares à edificação destruída pelo incêndio em 2003. Internamente apresenta-se a inovação, com utilização de estrutura metálica e programa arquitetônico diferenciado para abrigar um café, uma livraria, uma galeria de arte e ambientes para informações turísticas e reuniões.

A intenção foi restaurar a praça ao manter o caráter de conjunto, procurando respeitar o significado simbólico que o lugar ocupa na história e na memória da cidade. Ao mesmo tempo, buscou-se evitar que uma construção contemporânea sobressaísse ao todo.

Figuras 1 e 2. Fachada Principal da edificação que abrigava o Hotel Pilão e a construção atual.



Fonte: DE GRAMMONT, 2006

Figuras 3 e 4. Vista geral atual da Praça Tiradentes e seu entorno.



Fotos: Vanessa Regina Freitas da Silva, 12 de agosto de 2009.

O segundo estudo de caso, a implantação do Circuito Cultural na Praça da Liberdade na capital mineira, aponta para outra modalidade de intervenção no patrimônio edificado que é a mudança de uso e adaptação dos espaços para novos usos.

Figuras 5 e 6. Vista geral aérea da Praça da Liberdade e seu entorno.



Fotos: Divulgação Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais.

A Praça da Liberdade, desde a inauguração da capital mineira, constituía um lugar histórico do poder, já que abrigava as secretarias do governo do estado junto ao Palácio do Governador. A retirada desses usos e a implantação de equipamentos culturais transformam os prédios em atração turística como museus, espaços de arte e memorial. O que implica em dar novas disposições arquitetônicas internas e modificar o significado simbólico.

As justificativas para a ação envolvem aspectos políticos e de mercado – por ser uma ação do estado em parceria com a iniciativa privada – e se pautam na intenção de aproximar a população dos prédios reabilitando-os cultural e turisticamente.

4. CONCLUSÕES

As intervenções no patrimônio edificado são constantemente debatidas e alvo de impasses na política de preservação, seja local, estadual ou federal, sobre como agir diante das pressões mercantilistas e sociais. Em geral, são ações que visam atrair novos investimentos e que determinam o que o patrimônio edificado poderá se tornar: memória ou mercadoria.

5. REFERÊNCIAS

- CASTILHO, Ana Luisa Howard de; VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006. 296 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, Estação Liberdade, 2001.
- CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DE GRAMMONT, Anna M. **Hotel Pilão**: Um Incêndio no Coração Ouro Preto. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006. 249 p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002. 148 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1ª edição - 1ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2008. 224 p.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 18ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 349 p.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1981. 115p.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: cenários para o porto do Rio de Janeiro. 1ª edição. São Paulo: UNESP, 2005. 142 p.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informativo. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1997. 191 p.